

MARGULES

OS ARABES E A PALESTINA

Quando os árabes conquistaram a Palestina, há séculos qua se não havia ali judeus e a população local era escassa e pobre. Sucumbiu ao choque cultural e religioso dos conquistadores, sem vi olência, sem residência, sem luta.

Os séculos passaram e os árabes ali continuavam morando.- Eram escassos e pobres, como dantes, mas ali estavam. Não criaram quaisquer vinculos especiais com a Palestina, pois nem sequer exis tia ainda como Palestina aquela região meridional síria. Mas apega ram-se áquelas terras incultas e áradas, míseras e estérreis, que em vão rasgava o arado. Eram dêles. Foi o destino que quis estas terr ras. Foi o destino que os colocou ali. E os árabes acreditavam na força do destino.

No século VII, os árabes conquistaram a Palestina. Mas os árabes não tomou parte nenhuma no extraordinário desenvolvimento - econômico e cultural do império muçulmano. Se bem que Jerusalém fôs se reconstruída e uma universidade árabe ali criada, o difícil aces so e o abandono das terras circuns vizinhas impediram o crescimen to da cidade. Não obstante, sob o ponto de vista religioso, Jerusa lém podia ser comparada às cidades santas de Meca e Medina, pois - dentro de seus muros, em Haram-esh-Sherif, se achava o local de on de Maomé empreendeu sua ascensão ap céu, usando uma escada de luz para chegar ao trono divino. A construção de mesquita protegeu de pois o lugar santificado.

No século XI conquistaram a Palestina os turcos selducos. seguidos pèlos cruzados, mamelucos e turcos otamanos. O govêrno des tes durou até 1917, (desde 1517 até 1917). Durante este tempo to do permaneceu ali a população de fala arabe e de religião muçulmana.

Desde a conquista arabe a Palestina fazia parte da Síria. Tratava-se da parte ínfima do conjunto dos países que aderiram à - religião islâmica e cuja maioria havia aceito a supremacia idiomá tica da língua árabe. Enriquecidos culturalmente pelos contatos - com outros povos, os árabes, irmanados pela fé em Alá com as nações conquistadas e assimiladas no decorrer de tempo, juntamente com -

elas criaram centros florescentes de uma civilização nova, peculiar e genuína. E só a península Arábica berço de islamismo conquistador, isolada pelo deserto dos outros centros culturais, permanecia nômade e pastoril, com a estagnada estrutura social das tribos que ali conservavam sua forma étnica primitiva. A letargia envolvia também a Síria do Sul, ou seja, a Transjordânia deserta e a Cisjordânia - posterior Palestina - abandonada, pantanosa no Norte, parcialmente desértica no Sul.

As elites sociais e culturais dos territórios árabes limitrofes da Turquia, enfraquecidas demograficamente pelos massacres mongóis - que nos meados do século XIII chegaram até a atual costa libanesa - e diferentemente expostas à influência cultural e idiomática dos conquistadores turcos, aceitaram-na sem grande resistência. Tratava-se precisamente da Mesopotâmia (o atual Iraque) e da Síria (que compreendia também as regiões depois conhecidas como Líbano, Palestina e Transjordânia). Retrocedendo, o idioma árabe chegou a ser usado apenas pela população socialmente inferior; as elites econômicas preferiam o idioma turco, politicamente mais útil. A península Arábica, porém separada pelo deserto da Turquia e das regiões árabes que a cercavam, ficou alheia não apenas à influência cultural turca, mas também a estrutura política e administrativa do Império Otomano. Na realidade, diversos emirados ali existiam num estado de semi-independência feudal.

No momento do renascimento nacionalista árabe, nos meados do século XIX, as regiões incorporadas ao Império Otomano eram administradas do seguinte modo.

1) A Síria foi dividida em três províncias (vilaietes), a saber:

a) Vilaiete de Beirut, formado pelos sanjacos (distritos) de - Latácia, Trípoli, Beirut, Acre, Naplus e Jerusalem, que abrangiam a costa da atual Síria, o Líbano e a Palestina. Sob a pressão das potências européias, a parte cristã do sanjaco de Beirut foi transformada em província autônoma do Líbano, o nome administrativo de "sanjaco de Beirut" sendo aplicado a seguir apenas ao resto do sanjaco anterior, ou seja, à Galileia; também o sanjaco de Jerusalém constituiu uma entidade autônoma.

b) Vilaiete de Damasco, formado pelos sanjacos de Hama, Dair-As-Zar, Damasco, Hauran, e Maan, abrangendo, pois, a Transjordânia e a atual Síria com exceção de sua parte costeira (incorporada ao

vilaiete de Beirut) e da parte do Norte (incorporada ao vilaiete de Aleppo).

c) Vilaiete de Aleppo, formado entre outros, pelo sanjaco de Aleppo, que constitui a atual Siria do Norte.

2) A Mesopotâmia (posteriormente chamada de Iraque) foi dividida em vilaietes de Basra, Bagdad e Mossul)

3) A península Arábica não se enquadrava no esquema administrativo otomano, embora - com exceção da colônia britânica de Aden - o território dependesse do Governo de Istambul. Na realidade governavam nela os chefes locais: imames I no Iemen) emires (em - Hedjas, Nejd e Shamar), xeques (em Koveit e Quatar), etc.

O movimento nacionalista arabe iniciou-se em Beirut, inconciente, emte facilitado pelo próprio Governo turco, com a concessão outorgada em 1820, à Missão Presbiteriana dos Estados Unidos para que se estabelecesse no Libano. Em 1831, também os jesuitas frances foram admitidos aquela provincia otomana. Mas enquanto os jesuitas conduziam suas atividades em francês (contribuindo com isso, sem dúvida, para a elevação do nível (cultural das elites), os americanos passaram a realizar seu trabalho educacional em arabe, com a intenção de popularizar suas atividades e de conquistar as massas. Embora não o conseguissem, atraíram diversos jovens das classes superiores, geralmente cristãos, apaixonados pela redescoberta do seu idioma materno, há tanto tempo relegado a segundo plano pelo poder político turco. Para os árabes cristãos que constituíam a casta - inferior na sociedade arabe de maioria islâmica, o movimento de aspecto cultural poderia devolver-lhes igualdade e dignidade nos - quadros árabes, em oposição aos quadros religiosos muçulmanos dos quais eram excluídos. Ressuscitando porém o interesse pelo idioma outrora dominador, a missão contribuiu para o renascimento de um sentimento nacional árabe que, partindo do movimento pela emancipação cultural, adquiriu a seguir caráter político.

Se bem que sem qualquer coordenação, movimentos semelhantes surgiram também nas provincias da Mesopotâmia, onde ainda persistia de grandeza dos califas de Bagdad, Adeptos muçulmanos cada vez - mais numerosos estavam sendo conquistados também na Siria. Todavia o movimento caracterizava-se pela estrutura social composta de elite burguesa , concentrando-se principalmente nos centros urbanos -

de Beirut e Bagdad. Bastou aos jovens turcos prometerem aos árabes a autonomia cultural (promessa que nunca chegou a ser cumprida) para que enfraquessem os sentimentos antiturcos entre os idealizadores da emancipação árabe. E no momento da declaração de guerra - as potências aliadas pela Turquia em 1914, o movimento árabe solidarizou-se com a posição do Governo otomano, com a intenção de impedir a penetração dos europeus no país e de impossibilitar a eventual conquista dos territórios arabes pelas potências cristãs.

Na península Arábica porém, cortada dos centros árabes sírios e mesopotâmicos, tais sentimentos não existiam, antes o contrário. Hussein, xerife de Meca e o futuro emir de Hedjas, julgava indispensável libertar do jugo otomano o berço de islamismo do qual se supunha soberano, por ter sob sua guarda as cidades santas de Meca e Medina. Ao saber da existência dos movimentos em prol da emancipação árabe, mandou a Siria seu filho Faiçal, que ali apresentara o projeto da criação de um Estado Árabe unido e independente de qualquer potência estrangeira. O projeto foi acolhido com simpatia pela elite provavelmente representativa dos povos de fala árabe que habitavam os vilaietes sírios e mesopotâmicos. Se bem que os arabes sírios-mesopotâmicos, não achassem conveniente ter sua capital em Meca, longínqua e cercada pelo deserto, e submeter-se a um rei de pastores e nômades, reconheceram que seria muito mais fácil levar a diante ideias revolucionárias árabes nas regiões afastadas da repressão policial turca, do que nos centros de resistência nacional em Beirut ou Bagdad.

Simultaneamente, porém, para garantir a criação do Estado Árabe sob seu cetro, Hussein iniciou as negociações com a Grã-Bretanha, prontificando-se a colocar os seus exércitos tribais na campanha militar britânica contra a Turquia, desde que o Governo inglês lhe assegurasse a coroa do futuro Reino Árabe e ser criado após a guerra. Hussein propunha a Sir Henry Mac Mahon, Alto Comissário da Grã Bretanha no Egito e representante de seu Governo nessas negociações fossem assim delimitada a futura Arabia; no Norte, a fronteira seria construída pelo paralelo 37 (o deixaria na Arabia alguns territórios etnicamente turcos como Mersina e Alexandreta); no Leste, a fronteira partiria do paralelo 37 indo até o golfo de Basra pela fronteira persica, no Oeste partindo do paralelo 37, a fronteira acompanharia a costa mediterrânea, até a fronteira do Egito ao sul de Gaza, seguindo-se até o golfo de Akaba. O mar Vermelho e o oceano Indico formariam naturalmente o resto das fronteiras da Arabia, dela excluindo apenas a colônia britânica de Aden.

Em sua carta do dia 24 de outubro de 1915, todavia, Mac Mahon opôs-se à inclusão na futura Arábia das regiões turcas de Mersina e Alexandreta, no paralelo 37, e da costa marítima síria a oeste do distritos de Damasco, Homs, Hama e Aleppo, prometidos pela Grã Bretanha à França.

A carta foi redigida incorreta e dúbiamente, pois não incluía a palavra turca correspondente ao termo ocidental "distrito". Se a intenção de Mac Mahon foi excluir da futura Arábia a zona estendida a oeste dos sanjacos que mencionara, a carta estava errada, pois não existia o sanjaco de Homs; a cidade de Homs, se bem que importante, pertencia ao sanjaco de Hama. Do mesmo modo, porém estaria errada se se referisse aos vilaiettes, pois falava em dois vilaiettes inexistentes, o de Homs e o de Hama, ambos fazendo parte do vilaiete de Damasco - este o único mencionado, se fôsse correta essa interpretação da carta.

Se prevalecesse a primeira interpretação, aceita anos depois pelos líderes dos árabes palestineses só ficariam excluídos da Arábia, para passar as mãos da França, o Líbano e a atual costa síria. No outro caso, seria também excluída a Palestina, cujo nome não foi e nem poderia ter sido mencionado no documento, pois tratava-se apenas do termo histórico dado a uma área geográfica e sem qualquer sentido político e administrativo, mas que correspondia aos territórios a oeste do vilaiete de Damasco, então formados pelos sanjacos do vilaiete de Beirut. Essa divergência constituiria, ulteriormente, um dos pontos de discórdia entre os árabes palestineses e a Grã-Bretanha.

Todavia, a continuação da correspondência, revelada anos depois, demonstra que na realidade a intenção britânica era excluir também a Palestina no futuro Estado Árabe, pois escreveu Mac Mahon no dia 14 de dezembro de 1915, mencionando o termo turco: "No concernente a exclusão dos vilaiettes de Aleppo e Beirut o Governo de sua Majestade plenamente compreende e toma em consideração suas observações (isto é as de Hussein), mas informa que a questão deverá ser considerada com cuidado, pois envolve regiões de interesse do nosso aliado francês".

E ainda, antes, em 15 de novembro de 1915, o Emir Hussein ao consentir fôsem excluídas contra a separação do futuro reino dos demais territórios, mencionados por Mac Mahon, empregando o -

termo vilaiete. "Ambos os vilaietes ", escrevia o "de Alepo e o de Beiruth , até a costa marítima, são puramente arabes, não havendo - diferenças entre arabes muçulmanos e cristãos já que ambos descehde mos dos mesmos antepassados". Ora, o vilaiete de Beirut incluía os sanjacos que constituíam a Palestina. Assim mesmo, embora a contra gosto e prevendo as dificuldades a serem causadas pela colocação - destes territórios sob a tutela de um país estrangeiro Hussein, ele vado logo depois ao cargo de rei de Hedjas, concordou, em carta de 1º de janeiro de 1916, com essa exclusão para não dificultar as re - lações franco-inglesas. Todavia, condicionou seu consentimento à solução definitiva a ser dada ao problema de fronteira, após o fim da guerra.

Apesar de tudo, a Grã-Bretanha não parecia conformada - com um acôrdo que não previa a sua presença político-administrativa na costa oriental mediterrânea, tão impprtante para a defesa de sua rota à Índia, Negociou por conseguinte, um acôrdo secreto com a Fran^{ça} que, conhecido sob o nome de seus signatários, Sykes e Picot, - constrangeu o mundo árabe quando revelado pelos bolchevistas que - descobriram uma de suas cópias nos arquivos do czar . Querendo regu lamentar suas futuras relações com a França e reforçar sua posição nas costas mediterraneas do Oriente Medio a Grã Bretanha, consentindo que a costa siria com o Líbano passasse a constituir a zona de influ ência direta da França excluía dessa zona a Palestina que seria in - ternacionalizada, embora Hussein só concordasse em desistir dela por saber que fora prometida pelos ingleses à França.

Por outro lado, reconhecendo as divergências econômicas, culturais, geográficas e sociais entre a Arábia própria dita e a região sirio-mesopotâmica, as duas potências européias decidiram - separar definitivamente estas zonas. Criar-se-ia, pois, no interior sírio um Estado Arabe, a ser orientado pela França até que chegasse à maturidade política; paralelamente, os ingleses passariam a diri - gir os destinos do interior mesopotâmico. A este seria incluída a - parte geográficamente transjordania da Síria.

A internacionalização da Palestina seria devida princi - palmente às exigências russas, pois também o Patriarca de Moscou jul gava ter direito aos lugares santos, enquanto o Govêrno do Czar conti nuava acalentando o secular sonho russo de acesso ao Mediterrâneo.- Assim, em março de 1916, o Ministro do Exterior russo, Sergei Saza - nov, escrevia ao Embaixador britânico em Petesburgo: " no tocante à Palestina, a Rússia concorda com qualquer projeto que assegure a li-

berdade de acesso a tôdas as instituições da religião ortodoxa (vigente na Rússia) ... e não se oporá ao estabelecimento de colonos judeus no país". Todavia, quando a revolução comunista abriu mão dessa atitude, a Grã-Bretanha aproveitou-se da conquista militar de Damasco, instalando no trono da Síria - embora esta fôsse prometida à França - o Emir Faiçal, filho do Rei Hussein, seu aliado. Ao irmão de Faiçal, Emil Abdullah, já estava prometido o trono da Mesopotâmia (que passaria a chamar-se logo depois Iraque). Assim, sem que legalmente a França pudesse protestar contra a presença do Emir Faiçal em Damasco, pois êste nunca havia demonstrado qualquer animosidade contra a influência francesa e à França cabia apenas orientar os árabes na sua evolução nacional, a Grã Bretanha tentava dominar toda a região, com exceção da costa sírio-libanesa, onde a população cristã simpatizava com a França. Aliás, francesa na costa do Mediterrâneo. Por isso, o Govêrno inglês decidiu apoiar as reivindicações sionistas, certo de que, declarar-se a favor da criação do Lar Nacional Judaico, contaria, para receber a tutela da Palestina, não apenas com apoio dos judeus (que não pareciam ter esquecido a simpática atitude da Grã-Bretanha no caso de El Arish) mas também com os árabes muçulmanos que vian na Grã-Bretanha por causa do seu apoio, a Hussein, uma aliada mais sincera do que a França - amiga - dos árabes cristãos - e preferível a uma administração multinacional. Êste interesse, suscitado e aproveitado pela Organização Sionista, conduziu à declaração do Ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, Sir Arthur James Balfour, que, em nome do Governo de Sua Majestade, nela afirmou a 2 de novembro de 1917, o seguinte:

"O Governo de Sua Majestade é favorável ao estabelecimento, na Palestina de um Lar Nacional Judaico e com todo o empenho procurará alcançar este objetivo, sendo entendido que nada será feito no sentido de prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina ... (e) os dos judeus nos outros países".

Para ser transmitida a quem de direito, a declaração - foi dirigida ao Barão Rothschild. Significativamente, via-se sempre no judeu abastado o representante da comunidade judaica mesmo no caso sionista em que a maioria dos judeus ricos ainda se opunha - à realização do desejo judaico popular. Aceita imediatamente pelo Presidente norte-americano Wilson, a declaração acabou sendo apoiada pela França e pela Italia.

Para fazer face a essa declaração, a Alemanha imperial

também emitiu, dois meses depois, o seguinte documento assinado pelo Secretário do Estado Von dem Besch e apoiado pela Turquia:

"Respeitamos os anseios tendentes ao incremento da cultura e autonomia das minorias judaicas em países nos quais elas têm desenvolvimento de vida própria; manifestamos plena compreensão por estes anseios e estamos prontos a apoiar integralmente todos os esforços neste sentido.

"No que diz respeito às metas almejadas pelo judaísmo particularmente pelo movimento sionista, saudamos com satisfação as declarações recentemente feitas pelo Grã-vizir talaat Paxá e sobretudo a intenção do Governo Imperial Otomano que, consoante sua tradicional atitude amistosa para com os judeus, pretende fomentar a colonização judaica na Palestina, concedendo-lhe o direito à livre imigração, e a colonização nos limites da capacidade de absorção do país, e permitindo o seu livre desenvolvimento cultural".

E até o Papa Benedito XV declarou que o Vaticano não se oporia à colonização judaica na Palestina desde que fôsem garantido o acesso e a manutenção dos lugares santos. E, também sem pensar nos muçulmanos externava a esperança de que os judeus e os católicos - coexistiriam bem na Palestina.

I I I

Surpreso com a declaração britânica ao Lar Nacional judaico a ser criado numa região da qual ele havia consentido desmistir apenas temporariamente e só por causa do (para êle aliás, discutível) interesse da França como uma aliada da Gra-Bretanha e não por causa dos interesses judaicos, o Rei Hussein não podia deixar de pedir explicações ao Governo inglês. Como resposta, recebeu em janeiro de 1918, uma mensagem que, entregue pelo comandante Hoggarth, dizia:

"Tomando-se em consideração que a opinião mundial judaica é favorável ao retôrno dos judeus à Palestina e que o Governo de Sua Majestade encara com simpatia a realização desta aspiração, julga o Governo britânico que, enquanto essa ideia for compatível com a liberdade econômica e política da população existente, nenhum obstáculo deveria ser pôsto à sua realização. Neste sentido, a amizade do mundo judaico para com a causa árabe resultará em apoio da opinião publica judaica de todos os países em que os judeus têm influência política. Os líderes do movimento sionista estão resolvidos a -

levar o sionismo ao êxito através da amizade e cooperação com os árabes, sendo que este propósito não deve ser menosprezado".

Realmente, já algumas semanas, depois no dia 23 de março de 1918, no jornal de Meca "al-Qibla", apareceu um artigo em que se lia, entre outras coisas:

"Eles (os judeus) sabem que este pais (a Palestina) foi destinado a seus filhos primitivos como pátria sagrada ... O retorno dos exilados a essa pátria redundará, material e espiritualmente, numa experiência positiva para os próprios árabes".

Conhecendo a dependência do jornal da pessoa do rei - e a ignorância existente em Meca a respeito do problema judaico, as fontes sionistas pretenderam embora sem qualquer fundamento válido, que a referida opinião fôra emitida pelo próprio Hussein. Mas, mesmo assim se não o fosse, não poderia ser publicada sem o prévio consentimento do soberano que, no caso, aguardando o apoio da Grã-Bretanha se aliava à atitude do Governo inglês, enquanto almejava ainda a unificação dos árabes sob seu próprio cetro, diretamente ou através de seus filhos. Tanto é que o Primeiro-ministro britânico, Lloyd George, já assegurava: "Os chefes árabes não fizeram qualquer objeção à declaração (de Balfour), desde que os direitos arabes fossem respeitados ". Mas Winston Churchill mais prático e franco, declarava na Câmara dos Comuns: "A Declaração Balfour não foi promulgada por motivos sentimentais. Foi uma medida pratica tomada no interesse de causa comum, no momento em que devia ser assegurado a essa causa qualquer apoio material ou moral".

De qualquer modo, o Emir Faiçal, então já colocado no trono sírio, deve ter recebido do seu pai instruções precisas no tocante à Palestina, ainda antes de ter sido por êle enviado à Conferência Internacional de Paz em Paris como membro da representação oficial do Reino de He'jas, considerado como o embrião do futuro Estado Árabe (visto então como um totum político apesar da divisão interna em três reinos autonomos, que seriam governados pelos filhos de Hussein - divisão essa resultante das diferentes características regionais entre Síria, Mesopotâmia e Arábia). Faiçal mostrou-se favorável à causa sionista. Num encontro havido entre ele e Chaim Weizmann então Presidente da Organização Sionista, estabeleceu-se um acordo assinado em janeiro de 1919, Seu artigo primeiro preconizava que

o Estado Árabe e a Palestina (judaica) manteriam relações de boa vontade e que "para a manutenção deste clima de compreensão mútua, as representações árabes e judaicas devem ser estabelecidas em seus respectivos territórios". O artigo 2 fixava as fronteiras do Estado Árabe e da Palestina. O artigo 3 dizia: No estabelecimento da constituição e da administração da Palestina, todas as medidas devem ser tomadas em consideração, para garantir a total realização da Declaração do Governo Britânico do dia 2 de novembro de 1917" O artigo 4 garantia aos camponeses e agricultores árabes da Palestina a proteção em seus direitos e a assistência econômica. O artigo 5 ocupava-se da liberdade de religião. O artigo 6 colocava os lugares santos sob a proteção e contróle dos representantes da respectiva religião. O artigo 7 previa o auxílio econômico da Organização Sionista Mundial ao desenvolvimento do Estado Árabe. O artigo 8 obrigava as partes a agirem em perfeita harmonia na Conferencia de Paz, no tocante ao problema do Oriente Medio. O artigo 9 submetia as partes à arbitragem da Grã Bretanha no caso de qualquer desentendimento,

Todavia, esse documento continha uma importante nota em árabe, adicionada pelo proprio Faiçal no ato de sua assinatura:

Condiciono o meu consentimento a todos os artigos acima à obtenção da independência árabe nos têrmos do meu memorando enviado no dia 4 de janeiro de 1919 ao Ministerio das Relações Exteriores da Grã-Bretanha. Qualquer modificação das condições do dito memorando invalidará esse acôrdo, libertando-me da responsabilidade pelo seu teor".

Indubitavelmente o Emir Faiçal, porta-voz dos árabes e de seus movimentos políticos representativos, pretendia utilizar-se duplamente do sionismo : de início, exagerando (provavelmente por ignorância) o poderio judaico, quis, apoiando a causa sionista, obter a ajuda dos judeus para que influenciassem a posição das grandes potencias no tocante à independência árabe; a seguir criada a Palestina judaica, pretenderia através dela canalizar o know-know econômico e cultural dos judeus para o Estado árabe ao qual aliás, a Palestina ficaria ligada, se bem que de maneira então ainda não definida.

Temendo Faiçal, a influência britânica, a França expulsou o emir de Damasco, apoderando-se da Siria, a fuga de Faiçal para Bagdad obrigou a Grã-Bretanha a entregar-lhe a coroa da Mesopotâmia (o atual Iraque) antes prometida a Abdullah, a este a Grã Bretanha entregou o poder na Transjordânia, que foi para isso separada da Palestina e transformada num Estado, apenas para não deixar Abdullah à margem

inimigos; finalmente, a data que se referia na península Arábica, Ibn Saud, o Emir da Arábia Saudita e Hussein, rei da Síria e da Jordânia.

dos acontecimentos, finalmente a luta que eclodiu na península Arábica entre Ebn Saud, emir de Nedjd e Hussein, rei de Hedjas (com o titulo de rei da Arábica), terminou com a vitoria do primeiro embora nen sequer Ibn Saud lograsse unificar toda a península. De qualquer modo, ficaria invalidado o acôrdo Faiçal- Weizman, pois ao invés de um só Estado Árabe independente surgiram varios estados: Siria nas mãos dos franceses que dela desmembrariam o Líbano; Mesopotâmia (Iraque) e Transjordânia, sob o cetro dos filhos de Abdullah, da dinastia hachemita, mas sob a influênciã Britânica; Nedjd e Hedjas, em luta na Arabia, e varios outros emirados que a influênciã inglêsa impediu unirem-se à Arábia quando esta, resultando da vitoria de Nedjd sobre Hedjas escapou da direta influencã da Grã-Bretanha. Na época da Conferencia da Paz, todavia, a atitude oficial dos arabes foi ainda claramente pró-sionista. A apresentação publica de duvidas a respeito - prevocou a seguinte carta que o Emir Faiçal, em nome da delegação de Hedjas à Conferência da Paz, enviou em 1º de março de 1919 ao observador norte-americano na Conferencia Felix Frankfurter, depois juiz Supremo do Tribunal Federal dos Estados Unidos:

"Nós, arabes, especialmente os mais cultos, encaramos com grande simpatia o movimento sionista. Nossa representação da Organização Sionista quanto aos propositos da Organização Sionista na Conferencia da Paz. reconhecendo-ps como justos e fundados. No que nos concerne, faremos o melhor a fim de ajudar a sua aceitação e lhes - daremos as mais cordiais boas-vindas.

"Com os lideres do movimento (sionista) especialmente com o Dr. Weizmann, tivemos e temos boas relações. Nós trabalhamos juntos por um Oriente Medio novo e reformado, e nossos dois movimentos se completam. O movimento judaico é nacional e não imperialista. Nosso movimento também é nacional e não imperialista. Na síria há bastante lugar para ambos. Na verdade penso que nenhum dos nossos movimentos pode tornar-se vitorioso sem o apoio do outro . Pessoas mal informadas ignoram a necessidade da cooperação entre os árabes e os sionistas. tentando explorar as diferenças locais que, necessariamente surgirão na Palestinano primeiro estagio de nossos movimentos. Desejo expressar-lhe porém, minha firme convicção de que estas diferenças não concernem as questões de princípio, referindo-se apenas aos pormenores que óbviamente ocorrem sempre entre os povos vizinhos e que podem ser facilmente dissipados.

Finda a guerra e assinado, em junho de 1919, o Tratado de Versalles, quando o Oriente Medio foi dividido entre a França e a Inglaterra, "apareceram os primeiros protestos árabes contra o Lar Nacional judeu na Palestina ... Essas vozes eram as dos líderes políticos federais e da burguesia mercantil, ligados a Inglaterra... Para a Inglaterra o conflito árabe-judeu era uma necessidade...." Essa opinião do marxista argelino Abdel Kader, expressa em 1962, no livro " O conflito árabe-judeu , correspondente a realidade". E Faïçal embora ainda considerando que não havia incompatibilidade entre as aspirações árabes e judaicas, disse em entrevista "a Jewish Chronicle londrina 3 de outubro de 1919:

Os romanos expulsaram os judeus, e os arabes conquistaram essa terra. Ela lhes pertence. Ela lhes é sagrada e há de permanecer Parabe. Não há fronteiras naturais que separem a Palestina da Siria. A Palestina é apenas uma provincia deste país".

Esplicou então ter compreendido as propostas sionistas da seguinte maneira:

Como entendí êles (os sionistas) trabalhavam em prol da imigração regulamentada, em prol da igualdade dos judeus e arabes e perante a lei, participação judaica no Governo da Palestina, pelo contrôle das escolas judaicas, pela liberdade de uso da lingua hebraica. Nada a objetar contra isso. Saudaríamos tal imigração, cuja assistencia seria importante para o desenvolvimento do pais. Os judeus são capazes de obras grandiosas, os judeus tem os meios, nós temos a quantidade, e, quando o Reino Arabe fôr constituido com base no direito e na justiça e estabelecido como Estado moderno, a eventual concentração dos judeus na Palestina poderia transformá-la em provincia judaica no Reino Arabe, sempre com base nos direitos e oportunidades iguais para os árabes e os judeus.

V

A Transjordânia, inicialmente parte do território palestino foi transformada num emirado sob a tutela britânica; depois também conquistou sua independencia se bem que por muitos anos illusória.

A Palestina foi entregue a tutela britânica, sem que o seu mandato previsse futura independência. Eis as partes principais do texto do mandato, em 1922, foi entregue a Palestina a Grã Bretanha

Considerando que as principais potências aliadas concordaram em que o mandatário (da Palestina) será responsável pela execução da declaração originalmente feita em 2 de novembro de 1917 pelo Governo de Sua Majestade Britânica e adotada por estas potências em favor do estabelecimento na Palestina. do Lar Nacional Judaico, e sendo claramente entendido que nada poderá prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades judaicas, bem como os direitos e a situação politica da qual desfrutam os judeus em qualquer outro país.

"Considerando que o Governo de Sua Majestade aceitou o mandato com respeito à Palestina e se obrigou a executá-lo em nome das Ligas das Nações;

"O mandatário será responsável pela aplicação neste país, de condições politicas, administrativas e econômicas que assegurem o estabelecimento do Lar Nacional judaico. E também para preservar dos direitos civis e religiosos de todos os habitantes independentemente de sua raça ou religi-ao.

Uma agencia judaica propia será reconhecida como um instrumento público para os fins de cooperação com a administração da Palestina no que diz respeito as questões econômicas sociais e outra que possam afetar o estabelecimento do Lar Nacional Judaico e o interesse da população judaica na Palestina. Sempre sujeita ao controle da Administração (agencia) ajudará a tomar parte no desenvolvimento do país.

O mandatário será responsável pela integridade do território da Palestina (que) em circunstância alguma será posto sob o controle do governo de qualquer potência estrangeira.

A Administração da Palestina, assegurados os direitos e a posição de outras seções da população facilitará a imigração judaica sob condições adequadas e encorajará em cooperação com a Agencia Judaica, os estabelecimentos dos judeus na terra, inclusive nas terras do Governo e outras não cultivadas.

A Administração da Palestina ficará com a responsabilidade de decretar a lei da nacionalidade. Nessa lei deverão ser incluídas as clausulas que facilitarão a aquisição da cidadania palestinese por judeus que fixarão residencia na Palestina.